AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF
CNPJ/MF 17.909.518/0001-45
(Brasília - DF)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATIVAS AO PERÍODO DE
27 DE AGOSTO DE 2013
A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em reais)

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos finais, referente à Auditoria Independente voltada, aos exames das Demonstrações Contábeis dessa Empresa, relativo ao período de 27 de agosto de 2013 a 31 de Dezembro de 2013, a sede da mesma foi visitada em fevereiro de 2014.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e revisões sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

(1.3) Apresentamos a V.S.as. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas composto de:

I. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

II. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

. BALANÇO PATRIMONIAL

. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

. NOTAS EXPLICATIVAS

I – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Sócio Acionista da
AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A - ("ABGF")**, que compreendem o balanço patrimonial referente ao período de 27 de agosto de 2013 a 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração da Empresa sobre as demonstrações contábeis

A Administração da ABGF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da ABGF para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da ABGF. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Sócio Acionista da
AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF
Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A- ABGF,** no período de 27 de agosto de 2013 a 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme comentado na nota 15, a **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A- ABGF**, para exercer seu objetivo institucional de emissão direta de garantia que trata o inciso I, do caput do artigo 38 da Lei n. 12.712 de 30 de agosto de 2012, deverá solicitar autorização junto a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, nos termos do Artigo 2º da Resolução CNSP nº 286 de 26 de abril de 2013. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

A **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIA S.A- ABGF**, iniciou suas atividades em 27 de agosto de 2013, por esta razão, as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não estão sendo apresentadas para fins de comparação.

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

Hélio do Vale Ribeiro
Contador
CRC- SP 162.349/O-5 T-DF
AUDIGER AUDITORES & CONSULTORES S/S
CRC - DF 507

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A - ABGF

CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45
Brasília -DF

BALANÇO PATRIMONIAL DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expresso em reais)

	Nota	2013
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.073.433
Adiantamentos a empregados		15.905
Impostos a recuperar	5	248.581
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**50.337.919**
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	6	2.400
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**2.400**
TOTAL DO ATIVO		**50.340.319**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A - ABGF

CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45
Brasília -DF

BALANÇO PATRIMONIAL DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expresso em reais)

	Nota	2013
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Obrigações trabalhistas e sociais	7	151.037
IRRF a recolher		38.515
Dividendos a pagar	8	10.094
Outras obrigações	9	108.265
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**307.911**
Capital social	10.a	50.000.000
Reserva legal	10.b	2.125
Retenção de lucros	10.b	30.283
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**50.032.408**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**50.340.319**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A - ABGF

CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45
Brasília -DF

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expresso em reais)

	Nota	Período de 27/08/2013 a 31/12/2013
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		**(1.533.582)**
Despesas administrativas	12	(59.103)
Despesas com pessoal	13	(1.430.892)
Despesas tributárias		(43.587)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(1.533.582)**
Despesas financeiras		(8.567)
Receitas financeiras	11	1.637.799
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**95.650**
Imposto de renda e contribuição social		(53.148)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**42.502**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A - ABGF

CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45

Brasília -DF

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em reais)

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas		Lucro do Execício	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Saldo inicial		-	-	-	-	-
Integralização de capital	10.a	50.000.000				50.000.000
Lucro líquido do período					42.502	42.502
Destinação do lucro						
Reserva legal	10.b		2.125		(2.125)	-
Retenção de lucros	10.b			30.283	(30.283)	-
Dividendos obrigatórios	8				(10.094)	(10.094)
Saldo Final em 31/12/2013		**50.000.000**	**2.125**	**30.283**	-	**50.032.408**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

AUDIGER® AUDITORES & CONSULTORES S/S
Member of CPAAI CPA ASSOCIATES INTERNATIONAL

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A - ABGF

CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45
Brasília -DF

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Método Direto
(Valores expressos em reais)

	Nota	Período de 27/08/2013 a 31/12/2013
RECEBIMENTOS		**51.635.851**
Integralização de capital	10.a	50.000.000
Rendimentos de aplicações financeiras		1.635.851
PAGAMENTOS		**1.562.418**
Pessoal e encargos		1.105.832
Outras obrigações		454.186
Aquisição de imobilizado		2.400
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**50.073.433**
SALDO INICIAL – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		-
SALDO FINAL – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4	**50.073.433**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A - ABGF

CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45
Brasília -DF

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Método Indireto
(Valores expressos em reais)

	Período de 27/08/2013 a 31/12/2013
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais	
Lucro líquido do período	42.502
Depreciação/Amortização	-
Variações nos Ativos	
(Aumento) Redução de adiantamentos	(15.905)
(Aumento) Redução de impostos a recuperar	(248.581)
Variações nos Passivos	
(Redução) Aumento de obrigações trabalhistas e sociais	151.037
(Redução) Aumento de obrigações tributárias	38.515
(Redução) Aumento de outras obrigações	108.265
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**75.833**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	
Aquisição de imobilizado	(2.400)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	
Integralização de capital	50.000.000
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	**49.997.600**
Aumento (Redução) nas disponibilidades	**50.073.433**
Saldo inicial de caixa	-
Saldo final de caixa	50.073.433
Aumento (Redução) nas disponibilidades	**50.073.433**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF
CNPJ/MF 17.909.518/0001-45
(Brasília - DF)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF** é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima, criada pelo Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013, conforme autorizado pela Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, iniciando suas atividades em 27 de agosto de 2013.

A ABGF está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

A ABGF tem sede e foro em Brasília – Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional, podendo para a consecução dos seus objetivos institucionais:

I – criar subsidiárias, inclusive com o fim específico de administrar fundos que tenham por objetivo a cobertura complementar dos riscos de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal;

II – instalar escritórios, filiais, representações e outros estabelecimentos, no País e no exterior; e

III – adquirir participações em empresas, públicas ou privadas, dos ramos securitário e ressecuritário, bem como dos ramos de atividades complementares às do setor de seguros e resseguros, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto na alínea "a" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

A ABGF tem por objeto:

I - a concessão de garantias contra riscos:

a) de morte e invalidez permanente - MIP do mutuário, em operações de crédito habitacional no âmbito de programas ou instituições oficiais;

b) de danos físicos ao imóvel - DFI, em operações de crédito habitacional no âmbito de programas ou instituições oficiais;

c) de crédito, em operações de crédito habitacional, no âmbito de programas ou instituições oficiais;

d) comerciais, em operações de crédito ao comércio exterior com prazo superior a 2 (dois) anos;

e) políticos e extraordinários, em operações de crédito ao comércio exterior de qualquer prazo;

f) de descumprimento de obrigações contratuais referentes a operações de exportação de bens ou serviços, conforme garantias:

1. de execução (performance);

2. de reembolso de adiantamento de recursos (*advanced payment*);

3. de termos e condições de oferta; e

4. contra hipóteses de interrupção de obrigações contratuais do devedor;

g) de crédito, em operações de aquisição de maquinas e implementos agrícolas, no âmbito de programas ou instituições oficiais;

h) de crédito, em operações a microempreendedores individuais, autônomos, micro, pequenas e médias empresas; e

i) de crédito educativo no âmbito de programas ou instituições oficiais;

II - a constituição, administração, gestão e representação de fundos garantidores;

III - a constituição, administração, gestão e representação de fundos que tenham por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, desde que autorizada pela legislação aplicável aos seguros privados, observadas as disposições estabelecidas pelo órgão regulador de seguros; e

IV - a execução de todos os serviços relacionados ao seguro de crédito a exportação, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4° da Lei n° 6.704, de 26 de outubro de 1979.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e no que couber.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 24 de fevereiro de 2014.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto de outro modo indicado.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

d. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. A Empresa não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação nessa demonstração além do próprio resultado do período.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência em todo o período apresentado, a menos que declarado o contrário.

a) Reconhecimento da receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros básicos

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. O critério para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros segue (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste, (ii) utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o

valor justo na data da transação, levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme categoria. O custo amortizado corresponde (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro (ii) menos amortização de principal; e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil.

e) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período.

f) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

h) Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro

A empresa optou pelo levantamento de balanços trimestrais, encerrados respectivamente, nos dias 30 de setembro e 31 de dezembro de 2013, para apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro. O Imposto de Renda (IR) foi apurado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, tendo por base de cálculo o lucro real, na forma dos dispositivos legais vigentes, e a Contribuição Social (CS) foi apurada à alíquota de 9%.

i) Destinação do resultado

A destinação do resultado do período está consignada nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo utilizado o previsto no Estatuto.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31.12.2013
Aplicações financeiras	50.073.433

As aplicações financeiras da Empresa foram efetuadas em fundo de investimento *extramercado* administrado pelo Banco do Brasil S.A.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	31.12.2013
IRRF sobre aplicações financeiras	248.311
IRRF sobre salários	270
	248.581

6. IMOBILIZADO

O imobilizado tangível está demonstrado ao custo de aquisição e está composto da seguinte forma:

Elemento	Taxas de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido 31.12.2013
Máquinas, equipamentos		2.400	-	2.400

Os bens foram adquiridos no final do mês de encerramento do período, porém, colocados em uso no mês subsequente ao seu registro, quando passaram a ser depreciados.

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2013
Férias a pagar	66.012
INSS a pagar	51.035
FGTS a recolher	15.225
INSS sobre férias	13.863
FGTS sobre férias	4.902
	151.037

8. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme dispõe o Estatuto Social da ABGF, são assegurados à União pagamento de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado. Foi apurado o valor de R$ 10.094 conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31.12.2013
Lucro Líquido do Período	42.502
Reserva Legal (5%)	(2.125)
Base Para Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório	40.377
Dividendo Mínimo Obrigatório (25%)	**10.094**

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo da conta de Outras Obrigações está representado pelos ressarcimentos de salários de empregados cedidos para a ABGF, cuja composição é a seguinte:

Descrição	31.12.2013
Renato Gerúndio de Azevedo	53.032
Ronaldo Camillo	55.233
	108.265

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais) é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente sob a propriedade da União.

b) Reservas de lucros

Descrição	31.12.2013
Reserva legal (i)	2.125
Reserva de retenção de lucros (ii)	30.283
	32.408

(i) A reserva legal, no valor de R$ 2.125, refere-se à parcela de 5% sobre o lucro líquido de 2013.

(ii) A reserva de retenção de lucros, no valor de R$ 30.283, refere-se à parcela remanescente do resultado, após a destinação do lucro do período para a reserva legal e dividendo mínimo obrigatório (vide Nota Explicativa nº 8) e foi constituída com a finalidade de financiar investimentos, conforme Proposta de Orçamento de Capital, inserida no Programa de Dispêndios Globais - PDG de 2014 do DEST/MPOG.

11. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	31.12.2013
Receitas de aplicações financeiras	1.635.851
Receitas de juros ativos	1.948
	1.637.799

As receitas financeiras são oriundas do resultado das aplicações financeiras da ABGF em fundos de investimento extramercado administrados pelo Banco do Brasil S.A., conforme Nota Explicativa 4.

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31.12.2013
Despesas de ocupação	(14.400)
Despesas com viagens e representações	(27.564)
Despesas administrativas	(17.139)
	(59.103)

13. DESPESAS COM PESSOAL

	31.12.2013
Salários, encargos e benefícios	**(296.846)**
Salários e ordenados	(195.630)
Encargos sociais	(72.311)
Auxílios e benefícios	(28.905)

Honorários e encargos	**(988.576)**
Honorários do Conselho de Administração (i)	(105.866)
Honorários do Conselho Fiscal (i)	(52.933)
Honorários da Diretoria Executiva (i)	(388.759)
Encargos Sociais Sobre Honorários	(113.457)
Ressarcimentos de Salários de Diretores (ii)	(327.561)
Provisões e encargos	**(145.470)**
Provisão para férias	(66.012)
Provisão para 13° salário	(46.755)
Encargos sociais sobre provisões	(32.703)
Total	**(1.430.892)**

(i) As remunerações dos Conselhos e da Diretoria Executiva foram aprovadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, conforme Nota Técnica nº 338/CGCOR/DEST/SE-MP, de 06 de agosto de 2013.

(ii) A ABGF ressarciu integralmente os salários e benefícios para as funções de Diretores Executivos e de cargos comissionados ocupados por empregados originários da Administração Pública Federal.

14. COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

A **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A**, para exercer seu objetivo institucional de emissão direta de garantia que trata o inciso I, do caput do artigo 38 da Lei nº 12.712 de 30 de agosto de 2012, deverá solicitar autorização junto a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, nos termos do Artigo 2º da Resolução CNSP nº 286 de 26 de abril de 2013.

...//...

abgf
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.

Parecer nº 002/2014/COFIS/ABGF

ABGF – Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2013.

1. O Conselho Fiscal da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2013.

2. Considerando que o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis acima mencionados obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração da ABGF, em sua 8ª Reunião Ordinária, realizada em 27.03.2014, e foram examinados pela empresa AUDIGER AUDITORES & CONSULTORES S/S, que emitiu o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da Companhia, em 24.02.2014, sem ressalvas.

3. O Conselho Fiscal é de opinião que o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da ABGF relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2013 refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e se encontram em condições de serem submetidos à Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília, 27 de março de 2014.

Luiz Alberto de Almeida Palmeira
Presidente do Conselho

Fabiano Maia Pereira
Conselheiro

Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista
Conselheiro

abgf
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.

Parecer nº 001/2014/CONAD/ABGF

ABGF – Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2013.

1. O Conselho de Administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em reunião ordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e pelo artigo 21, inciso V, alínea "a", do Estatuto Social, concluiu o exame do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2013.

2. Com base no exame realizado, bem como no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da ABGF, emitido, em 24.02.2014, sem ressalvas, pela empresa AUDIGER AUDITORES & CONSULTORES S/S, o Conselho se manifestou favoravelmente à aprovação, pela Assembleia Geral de Acionistas, do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2013.

Brasília (DF), 27 de março de 2014.

Carlos Márcio Bicalho Cozendey
Presidente do Conselho

Carlos Augusto Moreira Araújo
Presidente Substituto do Conselho

Ralph Emerson Machado de Lima
Conselheiro

André Alvim de Paula Rizzo
Conselheiro

Hadil da Rocha Vianna
Conselheiro

Marcelo Pinheiro Franco
Conselheiro